



**Santander Pensões, SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE
PENSÕES, SA.**

**Relatório e Contas
Ano 2017**

**Fundo de Pensões Banco
Santander Totta, S.A.**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO	4
II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	22
III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	24
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	26
V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	28
1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)	29
2 – Alterações ocorridas ao plano	30
3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras	30
4 – Regime Fiscal	33
5 – Inventário de Investimentos	34
6 – Imóveis	37
7 – Riscos associados à carteira de investimentos	39
8 – Estado e outros entes públicos (Ativo)	41
9 – Outras entidades (Ativo)	42
10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo)	42
11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo)	42
12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos	43
13 – Contribuições	43
14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	44
15 – Outras despesas	44

VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	45
--	----

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a vertical line and a large 'H'.

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a vertical line and a loop.

Relatório do Fundo Pensões do Banco Santander Totta, S.A.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial acelerou, em 2017, para o ritmo de crescimento mais forte desde o início da crise económica e financeira, em 2008, assim prolongando a recuperação cíclica iniciada em meados de 2016.

Este maior dinamismo foi o resultado de um crescimento conjunto das economias desenvolvidas, que prolongam o ciclo favorável dos últimos anos, e das economias emergentes, com a correção em curso de desequilíbrios vários que tinham penalizado a atividade nos anos mais recentes.

Crescimento Económico Mundial

	2015	2016	2017
Mundo	3.4	3.2	3.7
Países Avançados	2.2	1.7	2.3
EUA	2.9	1.5	2.3
UEM	2.0	1.8	2.4
Reino Unido	2.2	1.9	1.7
Japão	1.1	0.9	1.8
Países em Desenvolvimento	4.3	4.4	4.7
África	3.4	1.4	2.7
Ásia	6.8	6.4	6.5
China	6.9	6.7	6.8
Europa de Leste	4.7	3.2	3.2
Médio Oriente	2.7	4.9	2.5
América Latina	0.1	0.7	1.3
Brasil	-3.8	-3.5	-1.1

Fonte: IMF (Janeiro de 2018)

A recuperação cíclica da economia mundial esteve bem patente na dinâmica do comércio internacional, que alimentou uma aceleração do investimento, em especial nas economias desenvolvidas, e no aumento da produção da indústria transformadora. A taxa de desemprego desceu, na generalidade das economias, contribuindo para a melhoria da confiança dos consumidores e alimentando uma recuperação da despesa de consumo.

Para esta recuperação contribuiu igualmente as condições financeiras favoráveis, com baixos níveis de taxas de juro, assim como baixos níveis de volatilidade, apesar de os bancos centrais das economias desenvolvidas estarem a iniciar o processo de remoção dos estímulos e políticas não-convencionais, implementados na última década. Esta reversão de políticas foi sempre acompanhada de uma estratégia de comunicação aos mercados visando mitigar os impactos adversos e perturbações que pudessem comprometer a confiança e a recuperação económica.

Nos EUA, a economia evoluiu positivamente, acelerando face a 2016. O crescimento de 2,3% estimado para 2017 está alinhado com o crescimento potencial e marca o oitavo ano de expansão consecutivo, num ciclo económico particularmente longo.

Este crescimento foi particularmente explicado pela melhor dinâmica de investimento, que teve um contributo positivo, ao nível do investimento fixo, e um menor contributo negativo do lado da variação de existências. O contributo do consumo privado para o crescimento permaneceu basicamente inalterado, a taxa de desemprego desceu ligeiramente, para 4,4% em média anual (-50pb face a 2016).

No final de 2017, o Senado e Câmara dos Representantes chegaram a acordo para uma reforma fiscal, com uma descida generalizada dos impostos, em especial para as empresas, que pode produzir um importante estímulo para a atividade no ano de 2018, sobrepondo-se aos riscos associados à incerteza quanto à política comercial da Administração Trump.

A Reserva Federal dos EUA, ao longo do ano, manteve a sua política de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por três vezes, em passos de 25pb, para o intervalo de 1,25%-1,50%, enquanto a sua indicação de atuação futura continuou a suportar expectativas de entre duas a três subidas, de igual dimensão, em 2018.

Em junho de 2017, a Reserva Federal detalhou o seu plano de remoção gradual dos estímulos, que tinha comunicado três meses antes: a partir de setembro, o banco central dos EUA deixou de reinvestir mensalmente um determinado montante em ativos, a iniciar em 10 mil milhões de dólares e aumentar gradualmente ao longo do tempo, até atingir 50 mil milhões mensais decorridos doze meses.

Na zona euro, o ano de 2017 foi de consolidação do crescimento económico, aprofundando e reforçando a recuperação iniciada em 2016. As taxas de crescimento foram mais homogéneas entre os diferentes países, destacando-se a recuperação em França e Itália, após a quase estagnação nos anos anteriores.

O pesado ciclo eleitoral europeu não penalizou o crescimento, apesar da incerteza existente no início do ano quanto à eventual ascensão de forças populistas ao poder em alguns países, em especial em França, mas a vitória de Emmanuel Macron e a sua agenda europeísta e reformista tiveram um contributo positivo para a confiança. Na Alemanha, as eleições gerais de Setembro ditaram um Governo minoritário de Angela Merkel (sendo que no final de fevereiro de 2018 se tenta formalizar um Governo de coligação entre a CDU/CSU e o SPD).

Em Espanha, o crescimento abrandou, numa consolidação da recuperação, mas também devido à instabilidade causada pelo processo independentista na Catalunha, que conduziu inclusive à



mudança de sede social (e tributária) por muitas das empresas que tinham a sua sede na Catalunha. Ainda assim, Espanha terá crescido acima de 3% em 2017.

2017	PIB	Inflação
UEM	2,4	1,5
Alemanha	2,2	1,7
França	1,8	1,2
Espanha	3,1	2,0
2016	1,5	1,1

Fonte: CEI, Janeiro 2018.

Fruto da dinâmica de crescimento, o Banco Central Europeu reavaliou a sua política monetária, em especial as medidas não convencionais. Deixou inalteradas as taxas de juro de referência mas, em março de 2017 reduziu o volume de aquisição de ativos financeiros, em 20 mil milhões de euros mensais, para 60 mil milhões. Já em dezembro, o BCE comunicou que, com efeitos a partir de janeiro de 2018, o volume de aquisição de ativos seria reduzido em metade, para 30 mil milhões de euros mensais, e que o programa terminaria, salvo situações que requeiram medidas excecionais, em setembro de 2018. Posteriormente, o BCE substituirá as emissões de dívida em carteira que vençam, por novas aquisições, assim mantendo inalterado o volume total de ativos adquiridos.

No Reino Unido, o processo do Brexit prosseguiu, mas num quadro político mais difícil, após as eleições antecipadas de 8 de junho terem resultado numa perda da maioria absoluta do Governo conservador na Câmara dos Comuns. A erosão de poder político refletiu-se numa menor capacidade negocial com os restantes 27 estados-membro da União Europeia, após a ativação do artigo 50.º do Tratado de Lisboa, em março. No término da primeira fase negocial, quanto aos termos do "divórcio", o Reino Unido cedeu em alguns pontos-chave, como a fronteira com a República da Irlanda ou os direitos dos cidadãos europeus que residem no Reino Unido. A data de efetivação do Brexit foi fixada nas 23 horas do dia 29 de março de 2019. Os "27" acordaram que o período de transição terminará a 31 de dezembro de 2020, sendo que o Reino Unido pretendia um período mais extenso.

A economia britânica continuou a desacelerar, ainda que de forma gradual, e "contrariando" alguns cenários que colocavam a possibilidade de uma recessão no imediato. A depreciação da libra, associada aos baixos níveis de desemprego, contribuiu para que a inflação ultrapassasse a barreira de 3%, pelo que o Banco de Inglaterra subiu a principal taxa de referência, pela primeira vez desde julho de 2007, para 0,5% (+25pb).

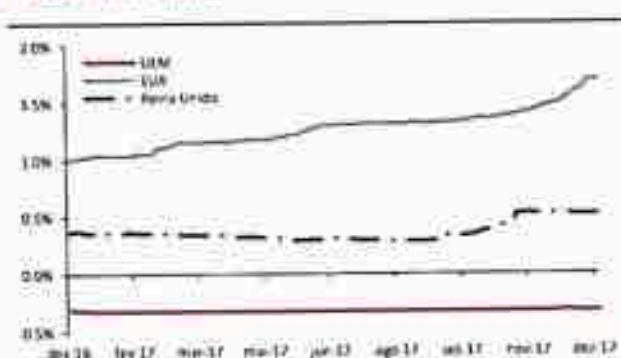
Nas economias emergentes, o ano foi igualmente caracterizado pela recuperação da atividade económica. Na China, que nos últimos anos tem estado sob especial escrutínio e sido foco de alguma incerteza, as medidas adotadas pelas autoridades permitiram uma estabilização do crescimento. Em 2017, o PIB terá crescido 6,8%, mas os temas de desaceleração estrutural da atividade permanecem, também com a alteração do modelo de crescimento.

Na América Latina, a atividade evoluiu também de forma mais favorável, saindo da situação recessiva que caracterizou os últimos anos, em grande medida devido à recuperação observada no Brasil que, em 2017, terá crescido em redor de 1%, após a contração acumulada de aproximadamente 8% nos dois anos anteriores. No México, a incerteza associada à evolução da relação comercial com os EUA e o futuro da NAFTA, contribuiu para uma moderação do crescimento.

Os mercados financeiros evidenciaram uma relativa acalmia, patente nos reduzidos níveis de volatilidade e nos baixos níveis de taxas de juro, apesar da reversão que se inicia no ciclo monetário, com os bancos centrais a subir taxas de juro de referência e a reduzir ou mesmo reverter os volumes de liquidez injetados no mercado.

As taxas de juro de curto prazo, nos EUA e no Reino Unido, refletiram as alterações de taxas de referência pelos respetivos bancos centrais, subindo, em especial nos EUA, onde a Reserva Federal mantém a orientação de subida. A divergência com a dinâmica de taxas na zona euro ampliou-se, na medida em que o BCE, apesar de reduzir os volumes de aquisição de ativos, continua a sinalizar que poderá agir se, e quando, necessário.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

O movimento de repricing das taxas de juro de longo prazo, que já se tinha iniciado no ano transato, prosseguiu, embora de forma diferenciada. Nos EUA, as taxas de juro a 10 anos consolidaram em redor de 2,5%, refletindo expectativas de que o ciclo de subida das taxas de referência será gradual, num contexto de inflação controlada. Na Alemanha, as yields consolidaram em níveis positivos, embora abaixo de 0,5%, após terem estado em terreno negativo durante parte do ano de 2016.

Taxas de juro 10 Anos

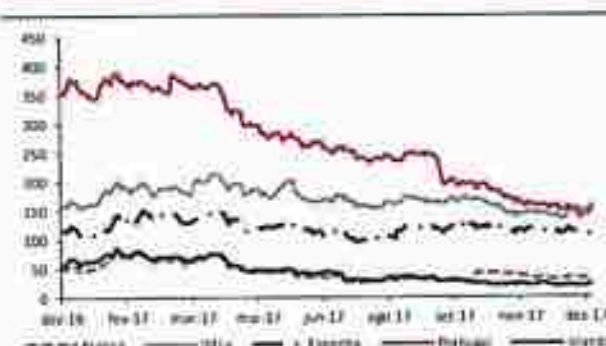


Fonte: Bloomberg

O melhor enquadramento económico na Europa suportou a correção dos desequilíbrios orçamentais, com a generalidade dos países a reduzir os défices e a estabilizar ou mesmo descer o rácio da dívida pública face ao PIB.

Em Portugal, as yields a 10 anos desceram, de forma sustentada ao longo do ano, até cerca de 2%. O mais sólido crescimento económico e o compromisso com as metas orçamentais materializaram-se na melhoria do rating atribuído à República pelas agências S&P e Fitch, para níveis de investment grade.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Neste enquadramento, e na zona euro, os spreads face à Alemanha estreitaram de forma generalizada, mas com especial destaque para o da dívida pública portuguesa, que se reduziu de quase 400pb no início do ano para 150pb no final de 2017, chegando mesmo a situar-se abaixo do spread da dívida italiana.

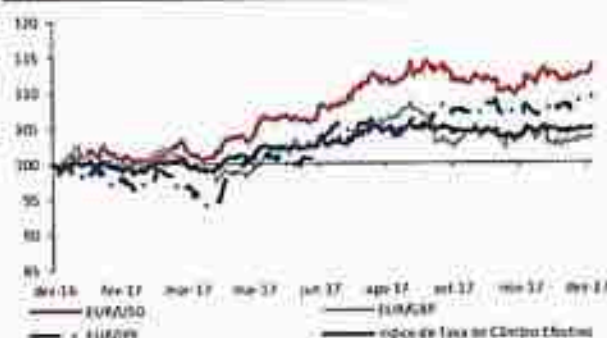
No mercado cambial, a principal dinâmica caracterizou-se pela apreciação do euro face à generalidade das divisas. Apesar das diferenças de política monetária e de taxas de juro de referência, o euro apreciou cerca de 15% face ao dólar norte-americano. Contrariando a política

[Handwritten signature]

anterior, a Administração Trump por várias vezes referiu que um dólar mais fraco era do interesse da economia norte-americana.

A libra esterlina registou uma depreciação mais moderada, até porque um movimento mais forte já se tinha registado em 2016, após o referendo do Brexit. Face ao dólar, a libra reverteu parte da depreciação registada em 2016.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2016 = 100)



Fonte: BCI

A generalidade dos mercados acionistas registou uma valorização no ano de 2017, num movimento que se reforçou a partir do segundo trimestre, quando os dados de crescimento económico reforçaram as expectativas de que a recuperação era sustentada.

Nos EUA, os mercados acionistas valorizaram de forma continuada, mas reforçaram a tendência após o verão, não só com a consolidação do crescimento, mas sobretudo pela aprovação da reforma fiscal pelo Congresso, com uma descida da carga fiscal sobre as empresas.

Mercados Acionistas
(Dez-16 = 100)



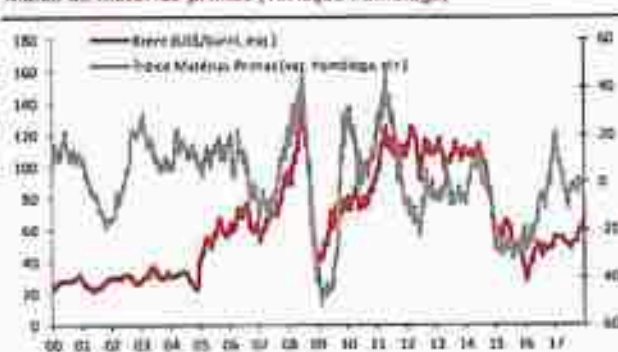
Fonte: Bloomberg

Na Europa, a recuperação dos mercados acionistas foi mais tímida, pontualmente afetada pelos processos eleitorais em países de relevo, como a Holanda, a França e a Alemanha. No final do ano,

regressou um sentimento de alguma incerteza, devido aos desenvolvimentos políticos na Catalunha e às expectativas de eleições antecipadas em Itália.

Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma valorização de cerca de 15%, com a generalidade das cotadas a evoluir positivamente, embora algumas empresas tenham refletido sobretudo temas de reorganização da estrutura acionista. O melhor momento macroeconómico, do ponto de vista de crescimento e de correção dos principais desequilíbrios, e a melhoria da notação de risco da República, para investment grade, contribuíram para esta evolução.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo valorizou cerca de 19%, para 66 dólares por barril, no final do ano, para os níveis mais elevados desde 2015. As perspetivas de forte procura, os acordos entre a OPEP e outros produtores para a redução da produção e a instabilidade geopolítica sentida na região do Médio Oriente contribuíram para esta valorização.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, apesar dos baixos níveis de volatilidade, manteve o seu papel de ativo de refúgio, em parte no quadro de instabilidade na península da Coreia, tendo atingido um máximo de 1.360 dólares no verão, para terminar o ano em redor de 1.330 dólares por onça.

Economia Portuguesa

A melhoria da conjuntura económica internacional, entre 2015 e 2017, potenciou uma recuperação mais rápida da economia portuguesa, suportada pelo crescimento das exportações, reflexo da capacidade das empresas portuguesas em reorientarem os seus produtos e serviços para um mercado externo mais diversificado.

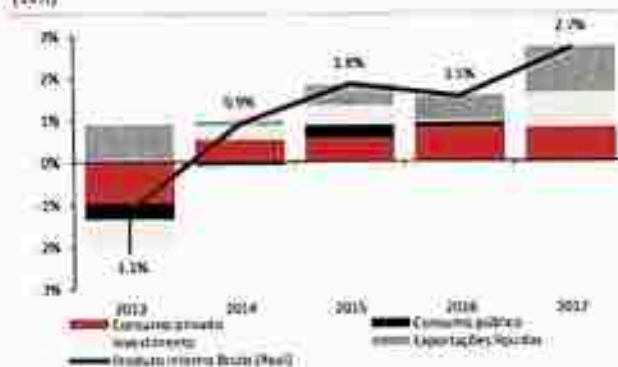
Dados Macroeconómicos

	2015	2016	2017
PIB	1.8	1.6	2.7
Consumo Privado	2.3	2.1	2.2
Consumo Público	1.3	0.6	0.1
Investimento	6.4	0.8	8.4
Exportações	0.1	4.4	7.9
Importações	8.5	4.2	7.9
Inflação média	0.5	0.6	1.4
Desemprego	12.4	11.1	8.9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3.1	-2.4	-1.1
Dívida pública (% do PIB)	128.8	130.1	126.2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.3	1.6	1.4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

Em 2017, a economia portuguesa terá crescido cerca de 2,7%, com as exportações a crescerem 7,9% e a serem o principal motor de crescimento com uma contribuição de 3,3pp para o crescimento total. O segundo motor foi a formação bruta de capital fixo (FBCF), que cresceu 8,4%, com todas as suas componentes a registarem crescimentos positivos, em especial o investimento em transportes (+19%), máquinas e equipamentos (+14%) e construção (+8%). A FBCF contribuiu 1,6pp para o crescimento total da economia. O terceiro motor foi o consumo privado, que cresceu 2,2%, suportado em particular pela aquisição de bens duradouros (+5,9%).

Contributos para o Crescimento do PIB (pts)



Fonte: INE

O mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2017, com a taxa de emprego efetiva (contratos permanentes) a rondar os 60% da população ativa em 2017. Em 2017, foram criados +161,3 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego reduziu-se para 8,1% no quarto trimestre, o nível mais baixo desde 2009, enquanto em média anual a taxa se reduziu para 8,9%.

Taxa de Desemprego (%)

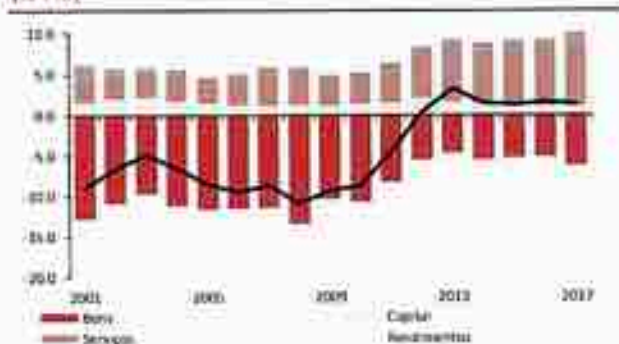


Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2017, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível bruto, fruto de um crescimento mais pronunciado do consumo (+3,4%) face a um crescimento mais moderado do rendimento disponível (1,7%), em termos homólogos.

Resultado da melhoria da competitividade das empresas exportadoras portuguesas, verificou-se um aumento sustentado do peso das exportações no PIB, com estas a pesarem 43% do PIB em 2017 (em termos nominais), enquanto em 2008 representavam 27%. Consequentemente, a balança comercial passou de défices recorrentes médios anuais de 8% do PIB, para excedentes comerciais de 2% do PIB, desde 2013. Em 2017, a balança comercial situou-se em 1,5% do PIB nominal.

Merece destacar o aumento das exportações de bens, contribuindo para a redução efetiva da posição deficitária em 8,8pp do PIB, nos últimos 8 anos (ou seja, passando de um défice de 15,3% em 2008 para 6,5% em 2017). Na origem desta melhoria expressiva esteve o aumento das exportações de metais e máquinas que, no seu conjunto representam 34% do total das exportações de bens.

Balanço Corrente e de Capital
(% PIB)

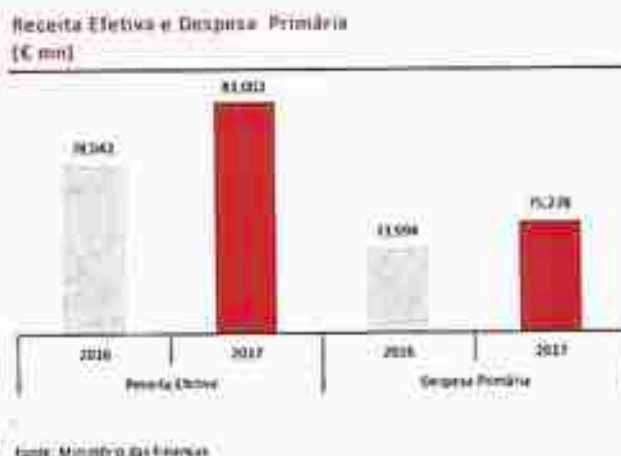


As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com o turismo a contribuir em +5pp do PIB, de um saldo total de +7pp, em 2017. Atualmente, as exportações de turismo pesam 7% do PIB.

O elevado endividamento da economia (338% do PIB nominal no quarto trimestre de 2017) é ainda uma restrição ao crescimento económico, com especial incidência sobre o investimento, bem como continua a ser o maior fator de risco no médio prazo. Apesar do processo de desalavancagem, no quarto trimestre de 2017, o sector privado registou um rácio de endividamento de 212% do PIB, dos quais, 74% são das famílias (53% em crédito habitação e 21% crédito ao consumo) e 138% é das empresas não financeiras. O sector público registou um rácio de endividamento 126,2% do PIB, descendo de forma pronunciada no final do ano, com a amortização antecipada de uma parte significativa dos empréstimos ao FMI.

A evolução das finanças públicas, em 2017, registou um défice orçamental de 1,1% do PIB, melhor do que o inicialmente previsto no orçamento de Estado para 2017 (1,4%), fruto do crescimento superior ao esperado das receitas totais (+4,9%), em particular, das fiscais indiretas (+6%) e do aumento das contribuições sociais (+4%), associado a uma despesa pública com um crescimento +3,5%.

A queda mais acentuada do custo com o serviço da dívida pública (-2,5%) limitou um crescimento mais acentuado da despesa pública. O orçamento de Estado para 2018 prevê um défice orçamental das administrações de públicas de 1,0% do PIB.



As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da perceção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pela boa performance económica e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na melhoria da notação de rating da República para "BBB-", já em investment grade, pela Standard and Poors, em setembro, e, em dezembro de 2017, para "BBB" pela Fitch. Em janeiro de 2018, a taxa de juro a 10 anos cotava

em níveis abaixo dos 2,0%, e o diferencial face à dívida alemã era inferior a 150pb (e inferior ao correspondente spread da dívida italiana).



Em 2017, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e continuou focado na diversificação das fontes de financiamento, em especial no segmento de retalho. Em 2017, foram colocados cerca de 7 mil milhões de euros em produtos de aforro para as famílias, repartidos entre OTRV e Certificados de Poupança. No final do ano, o Tesouro ajustou as condições de remuneração dos produtos de aforro às yields da dívida pública, traduzindo-se numa descida das taxas de juro.

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, na medida em que permaneceram quase inalterados face a 2016.

O setor financeiro português, em 2017, prosseguiu os vários processos de reestruturação. O banco público concluiu a recapitalização acordada com as autoridades europeias, e, em outubro, o Fundo de Resolução concluiu a venda do Novo Banco ao fundo LoneStar, embora mantendo uma participação de 25% no capital. Já no final do ano, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Popular Español (que foi adquirido pelo Banco Santander), o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

A dinâmica dos agregados de crédito continuou a ser caracterizada pela desalavancagem, em grande medida associada à gestão dos ativos não produtivos que os bancos detêm em balanço. Entre dezembro de 2016 e setembro de 2017, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o stock de empréstimos non-performing reduziu-se em 6,5 mil milhões de euros.

Esta evolução anulou os efeitos de incremento da nova produção de crédito aos particulares (mais quase 3 mil milhões de euros, em grande medida no crédito hipotecário), já que a nova produção de crédito a empresas registou uma redução de 3,3% no ano.

Política de investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, ações, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável, obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objetivo seleccionar os emittentes de acordo com certos padrões de risco.

Assim:

- O investimento em obrigações de emittentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 5% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros;
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emittentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emittentes nacionais, serão privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.
- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo.
- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas colateralizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o ativo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de ações engloba o investimento entre ações, organismos de investimento coletivo que detêm, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações, obrigações convertíveis ou que confirmam o direito à subscrição de ações, futuros, nomeadamente sobre ações ou índices de ações, warrants autónomos e opções.



O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor notional dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior à prevista se o investimento fosse efetuado diretamente nos mercados acionistas.

A Liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros ativos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O Imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, ações de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em cativos imobiliários diretos não poderá representar mais de 10% do património do fundo.

Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, incluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora.

No final do período em análise, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, S.A., tal como definido na sua política de investimento e com o objetivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 49,6% do total dos ativos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 18% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 17% da carteira, sendo o restante composto por disponibilidades e outros ativos.

Em 31 de Dezembro de 2017 não se encontrava a ser cumprido o seguinte limite de Associados Santander Totta, justificada com a entrada da dotação de final do ano, efetuada pelo BST, de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº4/2005, o qual determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal ativo.

	Limite Máximo	Limite 31.12.2017
Limite de Associados Santander Totta	5%	6,42%

Este limite foi regularizado no dia 4 de janeiro de 2018.

Benchmark

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de ativos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:

Classe de ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	0-25
Investimento direto em imobiliário		0-10
Obrigações	65	40-95
Commodities	0	0-5
Ações	15	0-20
Alternativos	0	0-10

Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

- **Risco de Rendimento:**
 - O Fundo não apresenta garantia de rentabilidade;
 - O fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- **Risco de Crédito**
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- **Risco de Taxa de Juro:**
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- **Risco Financeiro**
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira, risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

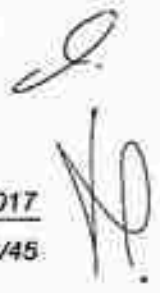
Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes.

Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.

Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.



Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

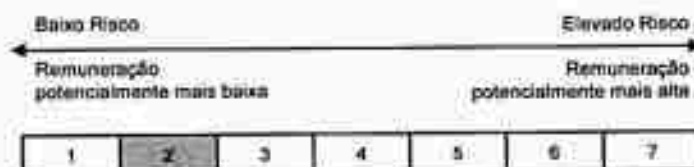
Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comitê de Compliance.

Performance

Em 2017 a rentabilidade e o risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	-1,91%	9,43%	4
2011	-21,24%	14,66%	5
2012	7,64%	4,22%	3
2013	5,59%	3,99%	3
2014	3,54%	4,87%	3
2015	4,34%	5,18%	4
2016	2,17%	4,33%	3
2017	5,31%	1,62%	2

Nota: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo

Evolução dos ativos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2017, era de 994 607 970,61€.

Valor da quota-parte do Fundo afeta

O valor total da carteira do Fundo é afeto ao Banco Santander Totta, S.A.

Valor atual das responsabilidades passadas

O valor atual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 937 843 026,00€.

Nível de cobertura das responsabilidades passadas

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 106%.

Outras informações

Em 2016 foi aprovado o novo ACT, publicado no BTE nº 29 de 8 de agosto de 2016. Este acordo estabelece um novo benefício de reforma, prémio de carreira (clausula 74ª), em que todos os participantes do plano de benefício definido ou plano de contribuição definida são elegíveis para o recebimento do benefício no momento de passagem à reforma por invalidez, invalidez presumível ou sobrevivência. Em 2016 e 2017 foram efetuadas contribuições de 8 082 000 euros e 420 240 euros, respetivamente, para efeitos da nova realidade a ser coberta pelo fundo de pensões, sendo vontade do associado solicitar aprovação à ASF, em 2018, para alteração do contrato constitutivo para que seja possível incluir o financiamento deste novo benefício através do Fundo de Pensões.

Durante o ano de 2017 existiu alteração do Atuário Responsável, contudo não se verificaram alterações face aos métodos, pressupostos e hipóteses utilizados na avaliação reportada ao ano anterior.

Eventos relevantes do exercício

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 13 de Março de 2018



Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

II - DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Notas	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	31.12.2017	31.12.2016
	ACTIVO		
	Investimentos		
6	Terrenos e edifícios	22 799 136	51 763 037
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	388 222 993	385 503 295
5	Títulos de dívida Pública	245 065 228	204 411 079
5	Outros títulos de dívida	235 809 379	191 858 414
	Empréstimos concedidos	-	-
	Numerário, depósitos em inst. crédito e apl. MMI	63 988 340	56 112 986
5	Outras aplicações	14 966 124	17 949 409
	Outros activos		
	Devedores	-	-
	Entidade gestora	-	-
8	Estado e outros entes públicos	20 137 856	19 734 203
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
9	Outras entidades	1 517 618	2 381 499
10	Acréscimos e diferimentos	5 161 798	4 727 376
	TOTAL ACTIVOS	995 668 472	934 441 297
	PASSIVO		
	Credores		
	Entidade gestora	566 342	539 265
	Estado e outros entes públicos	42 529	21 287
	Depositários	-	-
	Associados	-	-
	Participantes e beneficiários	-	-
	Outras entidades	28 970	501 936
11	Acréscimos e diferimentos	422 659	914 255
	TOTAL PASSIVO	1 060 501	1 976 744
VALOR DO FUNDO		994 607 971	932 464 553
VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO		7,8992	7,5008

**III - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER
TOTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a vertical line and a horizontal stroke at the bottom.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Notas	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31.12.2017	31.12.2016
13	Contribuições	58 476 640	40 057 861
14	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(44 997 064)	(41 026 955)
12	Ganhos líquidos dos investimentos	30 892 920	2 077 205
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	20 395 240	20 524 506
	Outros rendimentos e ganhos	15	523 382
15	Outras despesas	(2 624 332)	(3 895 357)
	Resultado líquido	62 143 418	18 260 642

IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE PENSÕES BANCO SANTANDER TOTTA REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'S' followed by a large 'N' and a dot.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31.12.2017	31.12.2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Contribuições		
Contribuições dos associados	55 882 240	37 707 000
Contribuições dos participantes/beneficiários	2 594 400	2 350 861
Transferências		
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(37 886 433)	(33 875 518)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
Capitais vencidos (Ranções/Vencimentos)		
Transferências		
Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(7 110 631)	(7 151 437)
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(1 410 766)	(1 323 584)
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo		522 373
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do		
Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
Devolução por excesso de financiamento		
Remunerações		
Remunerações de gestão	(1 739 563)	(1 725 237)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		
Outros rendimentos e ganhos		
Outras despesas	(204 997)	(198 657)
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	10 124 250	(3 694 199)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação/reembolso dos investimentos	627 908 183	194 793 597
Rendimentos dos investimentos	21 440 618	21 854 273
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(650 327 772)	(181 368 280)
Comissões de transacção e mediação	(119 996)	(130 979)
Outros gastos com investimentos	(826 582)	(603 927)
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	(1 925 548)	34 546 685
Variações de caixa e seus equivalentes	8 198 702	30 852 486
Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(323 349)	(352 160)
Caixa no início do período de reporte	56 112 986	25 612 651
Caixa no fim do período de reporte	63 988 340	56 112 986

**V - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**



V – NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 – Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de dezembro de 1988 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efetuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertençam ao quadro de pessoal efetivo - admitidos no sector bancário;
- Coberturas: Invalidez, invalidez presumível e sobrevivência;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos e meses ao serviço da banca;
- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada de acordo com o estabelecido no ACT, mas considerando os períodos e percentagens fixadas no Anexo IV do ACT aplicáveis ao salário pensionável (sem diuturnidades). As diuturnidades serão posteriormente adicionadas à pensão nos mesmos termos em que são calculadas no ACT;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto ativo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); Em caso de morte de um reformado a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se tivesse ativo, na data da morte;
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 140ª do ACT do Sector Bancário;
- A atualização das pensões é efetuada por decisão do Banco Santander Totta e com referência ao estipulado na tabela ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida atualização de pensões;
- SAMS – O associado efetua a contribuição por beneficiário de acordo com a sua situação e em função do estabelecido no Anexo VI do ACT, para o SAMS, entidade



autónoma gerida pelo Sindicato (de acordo com BTE nº 29 de 8 de agosto de 2016, que alterou o anterior valor de 6,5% sobre os salários e pensões dos beneficiários elegíveis);

- Subsídio por morte: O subsídio por morte segue o estipulado no regime geral da Segurança Social (equivalente a três indexantes de Apoios Sociais IAS), ou igual à importância mensalmente recebida pelo falecido, a título de retribuição mensal efetiva, ou subsídio de doença ou pensão, conforme o que se mostre, no caso concreto, mais favorável ao beneficiário).

2 – Alterações ocorridas ao plano

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no ativo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas a pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis atualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar do atual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de janeiro de 2012.

As alterações ocorridas no fundo do BST em 2016 são as que decorrem do acompanhamento das alterações do Acordo Coletivo de Trabalho do sector bancário publicado no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2016.

3 – Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º12/95 – R de 6 de julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 – R de 7 de maio de 2002, 8/2002 – R de 7 de maio de 2002, 10/2002 – R de 7 de maio de 2002



e 7/2007 – R de 17 de maio de 2007, as quais preveem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acrêscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano;
- Os saldos das contas de Acrêscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respetiva conta de Acrêscimos ao valor do Fundo devem ser as efetivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acrêscimos e Decréscimos ao valor do Fundo;
- Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.



- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades:

(a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.

- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

Terrenos e Edifícios

O justo valor de cada terreno ou edifício é obtido através de uma avaliação separada efetuada por um perito independente. A avaliação dos terrenos ou edifícios é efetuada: a) anteriormente à entrada do respectivo terreno ou edifício para o património do fundo de pensões, c) pelo menos uma vez em cada três anos, para os terrenos ou edifícios pertencentes ao património dos fundos de pensões fechados.

Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas "Ganhos ou Perdas em operações financeiras". A margem inicial é registada na rubrica "Outras contas de devedores". Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

Operações em moeda estrangeira

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos em Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.



4 – Regime Fiscal

Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo Art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

Em sede de IVA

- Rendimentos Prediais – Isenção dos termos n.º29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).
- Juros e outras operações financeiras – isenção nos termos n.º27 do artigo 9.º do CIVA.
- Dividendos – Não tributados.

Em sede de IMT

- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 16.º, n.º 2 do EBF).

Em sede de IMI

- Os prédios integrados em Fundos de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional não beneficiam de qualquer isenção ou redução em relação às taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI), na sequência da revogação do artigo 49º do EBF efetuada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (OE 2016)

Em sede de Imposto de Selo

- As comissões de gestão e de depósito pagas pelos Fundos de Pensões passaram a estar sujeitas a imposto de selo (Verba 17.3.4 da TGIS) à taxa de 4%, na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março (OE 2016).



5 – Inventário de Investimentos

A carteira do Fundo apresenta em 31 de dezembro de 2017 um total de 882 063 724 euros, os quais incorporavam o valor de juros decorridos referentes a títulos de dívida e papel comercial no valor de 5 152 239 euros e a juros de depósitos a prazo no valor de 9 559 euros.

A carteira de investimentos em ativos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Instrumentos de capital e Unid. participação					
Ações					
Mota Engil	161 000	205 300	-	366 300	-
Roche Holding Geneva	1 391 388	83 148	-	1 474 534	-
ABB LTD	1 264 909	277 559	-	1 562 468	-
NESTLE SA - Resgist.	1 248 505	183 729	-	1 432 234	-
BASF	1 765 200	68 600	-	1 834 800	-
Deutsche Post Ag-Reg	1 874 100	510 900	-	2 385 000	-
Siemens AG Reg	1 760 463	-	(25 182)	1 735 281	-
Allianz SE	1 884 000	414 000	-	2 298 000	-
ZURICH INSU GROUP AG	1 429 345	81 283	-	1 510 627	-
FER SME	1 417 691	-	(15 140)	1 402 551	-
Total S&B	1 948 800	-	(107 000)	1 841 800	-
SANOFI - AVENTIS	1 729 380	-	(202 350)	1 437 000	-
AXA	2 398 500	78 000	-	2 473 500	-
Vinci SA	2 588 000	818 000	-	3 406 000	-
B. Nationale Paris	1 634 850	45 900	-	1 680 750	-
France Telecom	1 443 500	4 000	-	1 447 500	-
Royal Dutch Shell-A	1 559 100	108 000	-	1 667 100	-
Aviva Plc	1 644 689	67 984	-	1 712 634	-
British A. Tobacco	1 562 673	134 069	-	1 696 742	-
IMPERIAL TOBACCO	1 996 382	-	(212 177)	1 784 205	-
HSBC Holdings PLC	1 480 789	247 963	-	1 728 751	-
ENI IM	1 392 300	-	(150 300)	1 242 000	-
Philips Electron. NV	1 160 000	101 800	-	1 261 600	-
Securitas AB-B SHS	2 622 158	-	(3 657)	2 618 501	-
	39 378 698	3 427 015	(805 836)	41 999 877	-
Fundos Investimento Mobiliário					
BlackstoneGSD Eur	12 519 600	282 883	-	12 802 283	-
SANTANDER EUR BOND	12 343 483	355 904	-	12 699 387	-
PVCI	1 898 964	192 082	-	2 091 046	-
THC	1 289 615	-	(35 840)	1 253 766	-
S SMALL CAPS FUND	3 540 225	872 194	-	4 512 419	-
F-HITEC	325 875	-	(175 775)	149 900	-
Fundo Bem Comum, FCR	217 000	-	-	217 000	-
Explorer - II	1 685 516	-	(400 876)	1 284 640	-
Explorer - III CL B	9 163 577	8 284 610	-	15 448 187	-
SantAções Europa	16 627 055	789 870	-	17 416 925	-
Multicredito	14 490 964	124 479	-	14 615 442	-
SantAções Portugal	4 937 053	1 213 401	-	6 150 454	-
ISHARES SP500 AMST	28 702 531	2 046 473	-	30 749 004	-
Ishares Euro Stoxx50	45 627 850	3 233 200	-	48 861 050	-
Lyxor ETF S&P 500	10 821 500	552 000	-	11 373 500	-
Abn-Amr PE VIII FCR	4 033 700	-	-	4 034 232	-
Partners Global Inf	1 526 495	-	(145 063)	1 381 432	-
	159 750 884	15 377 407	(757 564)	185 370 646	-

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos
Fundos de investimentos imobiliário					
FII - Imosocial	16 801 407	-	(1 246 450)	15 554 957	-
FIIIF Imosolde	770 425	-	(557 731)	212 694	-
Fundo Lusimovest	60 601 763	2 495 211	-	63 096 974	-
ImoRecuperação	4 022 010	261 468	-	4 283 478	-
Novimovest Up Bruto	50 632 155	1 203 515	-	51 835 670	-
Logística e Distrib.	3 964 117	0	(163 078)	3 801 039	-
Vision Escritórios	2 889 425	(1 300)	-	2 888 125	-
F.I.Inob. Maxirent	14 701 746	164 318	-	14 866 064	-
PREFF Real Estate C	1 673 892	38 578	-	1 712 470	-
	166 656 939	4 162 789	(1 967 259)	168 852 470	-
Total Instrumentos de capital e Unid. Participação	365 786 441	23 967 211	(3 536 659)	386 222 993	-
Títulos de Dívida					
Títulos de Dívida Pública					
SPGB 5,5% 30/4/21	5 919 100	-	(16 050)	5 903 050	185 342
SPGB 2,75% 31/10/24	5 200 891	19 682	-	5 220 573	21 632
SPGB 0,45 31/10/22	5 015 950	1 150	-	5 017 100	3 822
SPGB 4,85% 31/10/20	13 689 320	-	(25 320)	13 674 000	96 860
SPGB 4,4% 31/10/23	1 805 981	-	(24 921)	1 581 060	9 716
SPGB 5,15% 31/10/44	5 958 120	-	(155 600)	5 802 520	34 692
SPGB 1,95% 30/7/30	4 795 511	-	(57 943)	4 737 568	39 168
SPGB 1,95 30/4/28	785 195	455	-	785 650	9 804
SPGB 0,4 30/4/22	1 880 050	32 205	-	1 912 255	5 122
SPGB 0,05 31/1/21	9 333 619	-	(21 157)	9 312 462	2 663
SPGB 1,5 30/4/27	6 020 698	103 031	-	6 123 729	61 668
BTPS 5% 1/3/22	18 981 760	-	(80 800)	18 900 960	269 613
BTPS 5,5 1/1/22	17 997 515	-	(145 685)	17 851 830	135 210
BTPS 4,5% 1/5/23	8 458 800	-	(174 790)	8 284 010	53 080
BTPS 3,75% 1/6/24	6 172 640	-	(105 420)	6 067 220	88 467
BTPS 2,15% 15/12/21	6 709 437	-	(3 024)	6 706 413	6 326
BTPS 1,35% 15/4/22	6 611 327	-	(68 645)	6 542 683	18 373
PGB 4,95% 25/10/2023	16 355 089	1 739 598	-	18 104 687	135 502
PGB 5,65% 15/2/24	22 127 174	619 430	-	22 746 604	886 663
PGB 4,125 14/4/27	3 965 720	775 900	-	4 741 620	157 315
PGB Float 5/12/22	20 000	680	-	20 680	17
FADE 5,9% 17/03/2021	11 687 470	-	(450 300)	11 237 170	445 329
FADE 0,625 17/3/22	4 964 050	62 500	-	5 046 550	24 829
SGLT 0% 7/12/18	42 233 791	-	(38 931)	42 202 860	-
MAD 4,688% 12/3/20	3 565 485	-	(90 089)	3 474 797	119 351
MADRID 0,747 30/4/22	1 630 000	26 243	-	1 656 243	8 607
SAUDC Float 20/12/19	2 703 996	33 804	-	2 737 800	2 476
PBBGR 0,875 29/1/21	5 102 350	-	(15 700)	5 086 650	48 274
ICO 0,25% 30/4/22	1 586 251	-	(1 606)	1 586 645	1 176
	242 119 269	3 414 738	(1 468 780)	245 065 228	2 865 467
Outros títulos de Dívida					
UBS 4,75% 12/2/2026	2 992 275	136 013	-	3 128 288	117 432
FERSM 0,375 14/9/22	4 286 040	83 820	-	4 369 860	4 927
CNGEST 1,68% 26/2/25	1 018 000	7 870	-	1 025 870	14 222
BKIA 3,5% 17/1/19	7 376 700	-	(127 820)	7 250 880	234 250
IAGLN 0,25 17/1 1/20	8 709 700	30 100	-	8 739 800	2 743
TELEFO 0% 9/3/21	5 467 950	-	(30 155)	5 437 795	-
SANTAN Float 21/3/22	12 000 120	244 920	-	12 245 040	2 534
IDRSM 1,75 17/10/18	103 500	-	(1 500)	102 000	365
BV 3,125% 21/1/21	1 085 310	-	(8 570)	1 076 740	29 538
NEOFF 2,5% 06/2021	4 032 000	283 214	-	4 295 214	55 233
KERFP 0,875% 28/3/22	2 944 515	23 026	-	2 967 541	19 396

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Main Vallas	Menor Vallas	Valor da carteira	Juros corridos
Outros títulos de Dívida					
INGFP 0% 26/6/22	2 983 550	36 540	-	3 020 090	-
VEFP 0% 15/3/21	11 938 760	1 220	-	11 940 000	-
BWFP 1.25% 7/9/23	798 312	11 888	-	810 200	3 178
SWFP 1.75% 24/1/22	3 195 300	-	(30 870)	3 164 430	49 192
TOTAL 2.25% 12/2049	4 193 975	-	(17 975)	4 176 000	76 192
BNP Float 22/9/22	8 500 000	171 145	-	8 671 145	941
SOCGEN Float 1/4/22	5 597 020	25 795	-	5 622 815	7 243
SOCGEN 0.5 13/1/23	3 664 160	-	(16 640)	3 667 520	2 685
UGGM Float 3/5/25	5 112 500	-	(37 500)	5 075 000	19 503
ISP 1.125% 4/3/22	10 849 789	214 443	-	11 064 233	101 085
MTNA 3% 25/3/19	5 259 250	-	(86 450)	5 172 800	115 890
AMX 0 28/5/20	17 602 190	258 310	-	17 860 500	-
REN 2.5% 12/2/25	2 084 600	94 880	-	2 179 480	44 247
EDP 2.625% 15/4/19	3 615 658	-	(41 978)	3 573 679	64 852
SONPL 1.625% 11/6/19	7 458 750	485 550	-	7 944 300	7 292
EDP 2.625% 18/1/22	11 382 921	323 510	-	11 706 430	268 544
REN 4.75% 15/10/20	1 896 180	-	(31 301)	1 864 880	16 534
LPTY 1 24/5/21	4 099 080	-	(22 560)	4 076 520	24 329
RENEPL 01/06/23	10 225 000	285 400	-	10 510 400	102 503
FERSM 2.124 PERP	1 000 000	-	(26 250)	973 750	2 818
IBESM 5.75% 27/2/49	2 129 820	-	(10 920)	2 118 900	101 893
EDP 4.875% 14/9/20	8 559 375	-	(99 000)	8 460 375	109 167
ASM 3.375% 19/9/23	3 402 570	-	(14 790)	3 477 780	28 849
GALP 1.375 19/9/23	7 434 300	271 425	-	7 705 725	29 384
Paipub 3.75% 07/21	17 390 320	1 393 830	-	18 784 150	314 384
GALP 4.125% 25/1/19	2 132 800	(47 520)	-	2 085 280	77 075
Somerc94	-	-	-	-	-
Somerc92	-	-	-	-	-
BRCORO 0.875% 04/18	4 329 200	-	(260 920)	4 068 280	206 438
PCLN 0.8 10/3/22	3 061 200	-	(22 710)	3 038 490	19 529
GS Float 26/9/23	10 002 500	45 300	-	10 047 800	404
MS Float 9/11/21	4 004 000	5 400	-	4 009 400	397
	232 331 209	4 368 079	(887 909)	235 809 379	2 275 326
Total de Títulos de Dívida	476 450 478	7 780 517	(2 356 688)	480 874 607	5 146 784
Outras Aplicações					
Papel Comercial					
PG ACCIONA 0.71 5/18	2 978 617	-	-	2 978 617	11 455
	2 978 617	-	-	2 978 617	11 455
Outros					
Xenon Capital 12/44	10 496 000	-	(300 000)	10 196 000	-
Carteira Alternativa	984 334	24 297	-	1 008 591	-
Lux Invest Plus - B	0	-	(0)	-	-
Amaranth Intl Ltd - A	11 836	-	(379)	11 457	-
Kingsstreet S Ser 13	3	-	(0)	3	-
Kingsstreet S Ser 14	6	-	-	6	-
King Street Cl S s18	9	-	-	9	-
	11 492 188	24 297	(300 379)	11 216 086	-
Derivados - Opções					
Philips c36 jun18	(47 680)	30 080	-	(17 600)	-
SNW C96 jun18	(90 000)	89 600	-	(400)	-
NESN C92 15/6/18	(35 591)	27 517	-	(8 375)	-
ZURN SWC310 jun18	(33 840)	11 536	-	(22 304)	-
BAS C100 15/6/18	(34 000)	3 200	-	(30 800)	-
CALL Vnci c92 jun18	(76 800)	14 400	-	(62 400)	-
SXSE P3100 dez18	(1 400 940)	-	(140 610)	(1 541 550)	-
SXSE P3400 dez18	2 550 330	323 790	-	2 874 120	-
SXSE C3900 dez18	(690 150)	270 900	-	(419 250)	-
	141 028	771 023	(140 610)	771 441	-
Total outras aplicações	14 611 833	795 280	(440 589)	14 966 124	11 455
TOTAL CARTEIRA DE TÍTULOS	855 848 762	32 543 309	(6 328 336)	882 063 724	5 152 239

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respeitam a diferença entre o valor de cotação a 31 de dezembro de 2017 e:

- o valor pelo qual se encontrava contabilizado à data de 31 de dezembro de 2016 (valor de cotação do ano anterior), no caso de títulos já detidos no ano anterior ou;
- o respetivo valor de aquisição, no caso de títulos adquiridos durante o período de 2017.

No exercício de 2013 a entidade gestora do Fundo decidiu registar uma perda por imparidade adicional incidente sobre as unidades de participação de fundos de investimento imobiliário no valor de cerca de 7 123 119 euros, a qual tem vindo a ser revertida parcialmente nos exercícios de 2014 (3 950 178 euros), 2015 (1 100 000 euros) e em 2016 (1 272 941 euros). A perda por imparidade registada no balanço em 31 de dezembro de 2017 cifra-se em 800 000 euros.

6 – Imóveis

O Fundo detém, na sua carteira de investimentos, imóveis avaliados em 22 799 136 euros.

Durante o exercício de 2017, foi registada uma mais valia decorrente do registo do valor de mercado dos imóveis tendo em consideração as avaliações realizadas durante o exercício de 2017 no valor global de cerca de 244 199 euros (73 800 euros referentes a menos valias e 317 999 euros referentes a mais valias), conforme se discrimina de seguida:

Menos valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2017	Valor 31.12.2016	Menos valia avaliação
Vale do Crevo -Lagoa	298 000	371 800	(73 800)
TOTAL	298 000	371 800	(73 800)

Mais valias geradas

Imóvel	Valor 31.12.2017	Valor 31.12.2016	Mais valia avaliação
Centro Totta A FrcR	316 200	305 500	10 700
Centro Totta A FrcT	312 900	302 500	10 400
Centro Totta A FrcV	2 500 000	2 449 800	50 200
Centro Totta B FrcB	487 200	471 600	15 600
Centro Totta B FrcC	440 300	425 300	15 000
Centro Totta B FrcD	624 300	603 400	20 900
Centro Totta B FrcF	624 400	603 400	21 000
Centro Totta B FrcG	440 400	425 300	15 100
Centro Totta B FrcP	2 530 200	2 445 100	85 100
Centro Totta B FrcQ	2 542 100	2 468 100	74 000
TOTAL	10 818 000	10 500 001	317 999

No exercício de 2017 o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta alienou 3 imóveis (abaixo identificados), os quais geraram uma mais valia líquida de cerca de 3 661 900 euros, conforme se apresenta:

Imóvel	Valor da alienação	Valor em Balanço	Valia alienação
CTT-Av.Casal Ribeiro	12 600 000	11 127 900	1 472 100
CTT-Pr. H. Delgado	20 000 000	17 850 000	2 150 000
Agencia Camp.Ourique	270 000	230 200	39 800
TOTAL	32 870 000	29 208 100	3 661 900

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, os métodos utilizados na avaliação dos mesmos, bem como o ano da última avaliação realizada.

Imóvel	Valor 31.12.2017	Valor 31.12.2016	Ano	Avaliação
Pampilhosa Serra-B	53 390	53 390	2015	Modelo do Rendimento
Pampilhosa Serra-C	58 450	58 450	2015	Modelo do Rendimento
Edifício Mangualde	108 885	108 885	2015	Modelo do Rendimento
Edif. Esmonz	161 905	161 905	2015	Modelo do Rendimento
Vale de Cambra	245 967	245 967	2015	Modelo do Rendimento
Cacia (Porto)	210 700	210 700	2016	Método Comparativo e Modelo do Rendimento (média)
Paredes Fracção A	230 600	230 600	2016	Modelo do Rendimento
Vila N. Gaia Frac. B	229 000	229 000	2015	Modelo Comparativo
Vale do Crivo -Lagoa	288 000	371 800	2017	Modelo Comparativo
Centro Totta A Frac	316 200	305 500	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FracT	312 900	302 500	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta A FracV	2 500 000	2 449 800	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FracB	487 200	471 600	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FracC	440 300	425 300	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FracD	624 300	603 400	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FracE	624 400	603 400	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FracG	440 400	425 300	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FracF	2 530 200	2 445 100	2017	Modelo do Rendimento
Centro Totta B FracQ	2 542 100	2 468 100	2017	Modelo do Rendimento
Paredes Fracção B	56 300	56 300	2016	Modelo do Rendimento
Edif. Gilão	124 507	124 507	2016	Modelo do Rendimento
Av. João Crisóstomo C	454 290	454 290	2016	Modelo Comparativo
Av. João Crisóstomo B	285 000	285 000	2016	Modelo Comparativo
Loja em Aveiro	202 500	202 500	2016	Modelo do Rendimento
B. Amaranite Frac A	195 300	195 300	2016	Modelo do Rendimento
B. Amaranite Frac B	164 500	164 500	2016	Modelo do Rendimento
Loja Pombal Frac B	188 775	188 775	2016	Modelo Comparativo
Loja 4 Portimão Fr D	62 228	62 228	2016	Modelo do Rendimento
Loja 5 Portimão Fr E	253 355	253 355	2016	Modelo do Rendimento
Castelo da Maia	355 000	355 000	2016	Modelo do Rendimento
Gafanha da Nazaré	117 000	117 000	2015	Modelo Comparativo
CTT-R Alportel/R. Sol	4 325 184	4 325 184	2016	Modelo do Rendimento
Torreiro Troia	862 600	862 600	2015	Modelo Discounted Cash Flow
Loja Dia Barreiro	299 200	299 200	2015	Modelo do Rendimento
Loja Sicavem	153 000	153 000	2016	Modelo Comparativo
Loja Dia Feijó	378 900	378 900	2015	Modelo do Rendimento
Loja Dia Capém	481 500	481 500	2015	Modelo do Rendimento
Loja Dia Olive Bast	226 700	226 700	2015	Modelo do Rendimento
Loja Vialonga	127 100	127 100	2014	Modelo do Rendimento
Escritórios Funchal	908 300	908 300	2015	Modelo Comparativo
Loja Costa do Caparica	163 000	163 000	2016	Modelo Comparativo
TOTAL	22 799 136	22 554 937		

Os imóveis detidos pelo Fundo geraram Rendimentos sob forma de rendas no valor total de 3 103 472 euros (4 098 053 euros em 2016), tendo sido diferidas as rendas referentes ao mês

de janeiro de 2018, no valor de 303 197 euros, recebidas pelo Fundo em dezembro de 2017 e que se encontram registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos – Passivo (Vide Nota 11).

7 – Riscos associados à carteira de investimentos

- Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rentabilidade;
- O Fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o Fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.

- Risco de Crédito

- Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.

- Risco de Taxa de Juro

- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida nas taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.

- Risco Financeiro

- Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juros de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.

- Risco Liquidez

- Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.

- Risco Fiscal

- Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos do Fundo.

- Risco de conflitos de interesse

- O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco, Métodos de Mensuração de Risco

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e de Performance, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não ilíquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.
- Risco de Mercado - É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados no fundo vigiando para que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional – Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar - São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Análise de sensibilidade

Com base na carteira a 31 de dezembro de 2017 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo das seguintes variações de mercado:

- Variações de 15% na taxa de câmbio EUR/USD;
- Variações de 30% no mercado acionista;
- Variações de 10% no mercado imobiliário;
- Variações de 100 pb nos spreads de crédito;
- Variações paralelas de 100 pb na curva de rendimentos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Impacto no Fundo (pb)	Alteração de Taxa do Câmbio EUR/USD		Alteração Preço Ações		Alteração Preço Mercado Imobiliário		Alteração Spreads Crédito		Deslocação Paralela Taxas de Juro	
	15%	-15%	30%	-30%	10%	-10%	100 pb	(100) pb	100 pb	(100) pb
2017	N/A	N/A	454	(499)	183	(189)	(124)	124	(255)	N/A
2016	N/A	N/A	439	(488)	240	(242)	(148)	148	(288)	N/A

8 – Estado e outros entes públicos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Imposto retido implícito cotação de FIM's e FIL's	19 637 537	19 393 511
Imposto retido resgates Up's Fundo Carteira Alternativa	340 692	340 692
Imposto dividendos ações estrangeiras	143 036	-
Cauções	16 592	-
TOTAL	20 137 856	19 734 203

A partir do exercício de 2015, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta passou a registar no seu ativo o imposto retido implícito nas cotações dos Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliário, considerando que: (i) os Fundos de Pensões se encontram isentos de imposto ao abrigo do Artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e (ii) que na valorização da carteira de títulos é utilizado o valor de cotação líquido destes ativos.

O valor do imposto retido ascende a 31 de dezembro de 2017 a 19 637 537 euros refletido na rubrica de Outros ativos – Estado e outros entes públicos (até 31 de dezembro de 2015 estava classificado na rubrica de Investimentos – Instrumentos de capital e unidades de participação).

9 – Outras entidades (Ativo)

A rubrica Outras entidades, 1 517 618 euros, inclui essencialmente o montante de depósitos associados às contas margem dos contratos de futuros em carteira em 31 de dezembro de 2017, os quais ascendem a cerca de 1 027 771 euros (em 31 de dezembro de 2016 os saldos desta natureza ascendiam a cerca de 2 345 445 euros).

10 – Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Juros a receber	Nota 5	11 455	32 740
Papel Comercial		2 275 326	1 978 118
T.de div.Ernis Privados		2 865 457	2 716 054
T.Div.Est.-Outros E.Púb.		5 152 239	4 726 912
Depósitos à Ordem - Juros a receber		9 554	458
Outros		5	5
TOTAL		5 161 798	4 727 375

11 – Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Rendas a receber	Nota 5	303 197	86 218
Imposto Municipal Imóveis		119 462	127 175
Outros		-	700 862
TOTAL		422 659	914 254

O valor de Imposto Municipal Imóveis respeita à especialização do gasto de 2017 deste imposto, a liquidar em 2018.

12 – Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2017.

Rendimentos líquidos dos investimentos	Ganhos		Rendimentos	31.12.2017	31.12.2016
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Ações	3 427 015	1 751 454	1 512 217	6 690 686	6 265 505
Imóveis	317 999	3 661 900	3 103 472	7 083 371	4 903 722
Títulos de dívida	7 828 337	4 362 370	11 564 049	23 754 756	17 887 381
Depósitos	-	-	30 367	30 367	20 581
Papel Comercial	-	-	49 541	49 541	113 923
Derivados	771 023	12 257 496	-	13 028 519	25 101 288
Unidades de participação	20 565 753	1 003 792	5 142 782	26 712 328	16 953 289
Outros	-	40 305	-	40 305	3 066 356
TOTAL	32 910 128	23 977 317	21 402 428	77 389 873	74 312 045

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31.12.2017	31.12.2016
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Acções	805 836	534 023	-	1 339 859	3 703 987
Imóveis	73 800	-	1 007 188	1 080 988	1 762 672
Títulos de dívida	2 404 187	3 117 081	-	5 521 268	9 579 771
Derivados	140 610	12 337 747	-	12 478 357	23 688 293
Unidades de participação	3 026 502	1 440 418	-	4 466 920	11 117 770
Outros	-	1 214 322	-	1 214 322	1 857 841
TOTAL	6 450 936	18 643 590	1 007 188	26 101 713	51 710 334

13 – Contribuições

Durante o ano de 2017 foram efetuadas contribuições para o Fundo no valor de 58 476 640 euros, abaixo discriminadas. As contribuições efetuadas decorrem essencialmente do que se encontra definido nos termos do ACT aplicável ao setor bancário.

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Contribuições Participantes	2 602 083	2 349 832
Contribuição Serviço Militar	(7 663)	1 029
Contribuição SAMS	4 900 000	2 050 000
Contribuição Extraordinária	50 982 240	35 657 000
TOTAL	58 476 640	40 057 861

14 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Foram pagos benefícios no valor de 44 997 064 euros durante o exercício, tal como discriminado na tabela abaixo:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Reformas	37 625 893	33 875 518
Prémio final de carreira	260 540	-
Subsídio de Morte	27 051	28 502
SAMS	7 083 580	7 122 935
TOTAL	44 997 064	41 026 955

15 – Outras despesas

As outras despesas, que totalizam cerca de 2 624 332 euros, apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Outras Comissões	237 931	330 412
Prémios de seguro	376 847	1 377 245
Comissão Gestão Dep. Adm.	1 882 859	1 854 859
Comissões de Mediação	146 710	150 554
Impostos	(20 014)	182 287
TOTAL	2 624 332	3 895 357

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respetivo Regulamento de Gestão do Fundo. Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2017, bem como o método de cálculo definido no respetivo regulamento.

Descrição	31.12.2017	31.12.2016	Método de Cálculo
Comissão de Gestão	1 698 552	1 620 183	0.045% (anual) sobre o valor médio da carteira (média aritmética das valorizações da carteira do fundo referentes ao último dia de cada mês) no final de cada trimestre
EMIR	298	409	
Comissão administrativa	-	-	
Taxa ASF	29 259	19 228	
Estudo Atualiz.	135 000	192 000	
Custos de Auditoria	19 750	23 039	
TOTAL	1 882 859	1 854 859	

VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 87% do ativo, representando assim uma área relevante para a auditoria.</p> <p>Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada, particularmente para a valorização de títulos não cotados, reveste-se de grande importância.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 6.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira.</p>
Valorização dos ativos imobiliários	
<p>Os ativos imobiliários correspondem a cerca de 2% do ativo, sendo a sua valorização ao justo valor determinada por avaliações efetuadas por peritos externos, nos termos do capítulo IX da norma regulamentar da ASF nº 7/2007 e do artigo 21º da norma regulamentar da ASF nº 9/2007.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a materialidade daqueles ativos e o risco associado à utilização de pressupostos, estimativas e projeções nas avaliações e considerações sobre a liquidez e heterogeneidade do mercado imobiliário.</p> <p>As divulgações relacionadas com a composição dos ativos imobiliários e a sua valorização estão incluídas nas notas 3 e 6 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A obtenção de evidência de auditoria envolveu, nomeadamente: (i) avaliação da independência, objetividade e qualificação dos avaliadores independentes; (ii) verificação do cumprimento do Regulamento de Gestão e cumprimento das normas regulamentares da ASF nº 7/2007 e nº 9/2007; (iii) análise por amostra da acuidade dos relatórios de avaliação e dos pressupostos utilizados; (iv) confirmação dos valores de avaliação e registo pela média; (v) confirmação da titularidade dos imóveis; (vi) verificação das operações de compra, venda e demais vicissitudes na valorização dos imóveis, e; (vii) análise das políticas de capitalização.</p>

Responsabilidades com pensões	
<p>O Fundo de Pensões do Banco Santander Totta tem como objetivo o financiamento e cobertura do plano de benefícios definidos de reforma dos empregados do Grupo.</p> <p>A consideração da avaliação dos direitos dos empregados e das obrigações de benefícios definidos como relevante para a auditoria tem por base, a necessidade de se definirem pressupostos com impacto relevante no cálculo (atuarial) que apura as responsabilidades com pensões, a própria complexidade daqueles cálculos e a grande sensibilidade daqueles pressupostos.</p> <p>As divulgações relacionadas com as responsabilidades com pensões estão incluídas no relatório de gestão e nas notas 1 e 2 das notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados.</p>	<p>A resposta do auditor envolve, essencialmente, a execução de: (i) testes de conformidade ao processo de avaliação das responsabilidades com pensões; (ii) análise do relatório atuarial e avaliação dos pressupostos utilizados e confirmação dos valores de responsabilidades determinados pelo perito atuarial; e (iii) verificação das eventuais necessidades de financiamento das responsabilidades passadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras

representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pela Entidade Gestora para o mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações

financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 19 de março de 2018;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que, para além da auditoria, prestámos ao fundo os seguintes permitidos por lei e pelos regulamentos em vigor: trabalhos de Auditoria para efeitos de supervisão prudencial para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole financeiros e estatísticos do Fundo, nos termos do DL N.º 12/2016, de 20 de janeiro e das normas regulamentares de acordo com as disposições previstas nas Normas Regulamentares da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, N.º 7/2007-R, de 17 de maio e N.º 18/2008-R, de 23 de dezembro, alterada pela N.º 20/2010-R, de 16 de dezembro.

Lisboa, 19 de março de 2018



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC